



ENTRE A SENZALA, O TEATRO E AS RUAS: O MOVIMENTO PELO FIM DA ESCRAVIDÃO NA PARAÍBA DO NORTE (1871-1888)

Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 18 | Jan./Jun. de 2018

Lucian Souza da Silva

*Doutorando em História pela
Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE.*

Solange Pereira da Rocha

*Docente do Departamento de
História e do Programa de Pós-
graduação da Universidade Federal
da Paraíba.*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo, analisar o Movimento Abolicionista na Paraíba do Norte, entre os anos de 1871 – 1888. Primeiro, ocupou-se em compreender a atuação dos abolicionistas, através da organização de associações, peças teatrais e outras formas de mobilização; e dos escravizados, por meio das ações de liberdade. E, por fim, como tais processos contribuíram para o fim da escravidão na província em estudo.

Palavras-chave: Abolicionismo; Escravizados; Ação de Liberdade; Paraíba do Norte.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Abolitionist Movement in North Paraíba, between the years 1871 – 88. First, it was sought to understand the roles of the abolitionists, through society's organization, plays and other forms of mobilization; and that one of the enslaved people, through freedom actions. Done that step, the study focuses on how such historical processes played a role in the end of the slavery in the this particular province.

Keywords: Abolitionism; Enslaved people; Freedom action; North Paraíba.

Introdução

Corria o ano de 1884 quando a Sociedade Dramática Santa Cruz organizou uma encenação teatral com o objetivo de angariar recursos para a compra de escravizados.¹ De acordo com o jornal *Diário da Parahyba*, “a concorrência foi de animar e a execução muito agradou, o corpo cênico saiu-se da melhor forma, o que muito concorreu para mais crédito e proteção de nosso público”.² O teatro foi um importante espaço de atuação do Movimento Abolicionista, que soube aproveitá-lo de diversas formas, organizando não apenas peças teatrais, como também saraus, conferências, concertos e outras formas de expressão cultural (ALONSO, 2015, p. 129; CASTILHO, 2012).

No mesmo ano, um grupo de intelectuais, funcionários públicos e políticos, liderados pelo médico Manoel Carlos de Gouveia,³ realizou nas dependências do referido teatro, uma reunião cujo objetivo era fundar um Club Abolicionista na capital da província.⁴ A criação de associações abolicionistas constituiu-se em outra forma de atuação dos abolicionistas, baseado em um modelo anglo-americano de ativismo político, no qual se verificou uma diversificação de perfis e composição de seus membros (ALONSO, 2011; SILVA, 2016).

Em março do ano seguinte, Salustia, uma escravizada de Mamanguape, requereu sua liberdade através das brechas abertas pela Lei Rio Branco, alegando não ter sido matriculada como exigia a referida legislação, o que a tornava liberta.⁵ O campo jurídico foi um espaço de resistência das mulheres e homens cativos como analisados por muitos historiadores, a exemplo de Chalhoub (1990), Grinberg (1994) e Azevedo (2010). Nesse sentido, a atuação das pessoas escravizadas foi um elemento crucial para que a escravidão se findasse.

¹ O referido teatro foi fundado em 1861 por José de Lima Penante, e funcionou até 1889. Sua sede localizava-se na antiga Rua das Mercês, onde, atualmente, se localiza a Praça Pedro Américo (PALHANO, 2009, p. 149).

² *Diário da Parahyba*, 28 de junho de 1884. Disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, no portal: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 15 nov. 2017. Doravante Hemeroteca Digital.

³ O médico Manoel Carlos de Gouveia, clinicou em Mamanguape e na capital da província atuando também na Santa Casa de Misericórdia. Foi deputado geral pela Paraíba por duas legislaturas entre os anos de 1878 e 1884 (MARIZ, 1979; MARIANO, 2015).

⁴ Além de Manoel Carlos de Gouveia, compuseram a diretoria do Club Abolicionista: Antonio Bernardino dos Santos, Antonio Camilo, Antonio Joaquim de Vasconcelos, Franklin Rabelo. A finalidade do referido Club era de “entreter relações com todas as sociedades abolicionistas do Império, e instituir no centro da província sociedades filiais com o fim único de redimir os cativos”. *Diário da Parahyba*, 12 de outubro de 1884, Hemeroteca Digital. Acesso em: 16 nov. 2017.

⁵ A trajetória e atuação de Salustia foram analisadas por Silva (2010), Lima (2008, 2013), Rocha (2012) e Silva (2016).

Os diversos eventos narrados demonstram o complexo processo no qual findou a escravidão no Brasil, mais especificamente na província da Paraíba do Norte. Foram diferentes fatores que levaram ao fim da escravidão, entre estes: a atuação do Movimento Abolicionista⁶ - em suas diferentes formas de mobilização - e a resistência dos cativos foram cruciais.

Mudanças nas instituições da modernidade: crise do escravismo brasileiro

As revoluções, o desenvolvimento industrial e o advento da modernidade foram sentidos de maneiras diferentes, em fins do século XVIII e ao longo do século XIX. Nesse período, um movimento antiescravista encobriu as diversas regiões em que o trabalho compulsório existia. Entretanto essa movimentação abolicionista se deu em um momento no qual o sistema escravista estava em plena execução, sem sinais de incompatibilidade entre o desenvolvimento capitalista e a utilização de mão de obra escravizada.⁷

De acordo com Seymour Drescher (2011, p. 340), o abolicionismo organizou-se em dois grupos. O "continental" - que caracterizou a Europa – possuía um perfil elitista e atuou através de ações parlamentares, a exemplo da França, onde “o abolicionismo não tinha feito progresso algum durante o primeiro quartel do século XIX”. O segundo grupo seria o "anglo-americano", arregimentador, com proselitismo, mobilizações públicas, processos judiciais e boicotes, com organização descentralizada e multiplicidade social de participantes.

⁶ A desagregação do sistema escravista e a atuação do Movimento Abolicionista foram tratadas por diferentes autores, entre estes, podemos destacar as seguintes referências: ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Record, 2002; DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. Tradução Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editor Unesp, 2011; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998; COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Global Ed. 1982; COSTA, Emília Viotti da. Da escravidão ao trabalho livre. In: COSTA, Emília Viotti da; COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7a. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 343-364; MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2010.

⁷ De acordo com Robin Blackburn (2016), esse período de industrialização não representou o fim da escravidão, mas sua intensificação e difusão, provocando uma reformulação e reorganização da instituição escravista. Esse reflorescimento da escravidão em fins do século XVIII e ao longo do século XIX tem sido conceituado como “segunda escravidão”.

No Brasil, alijados da arena política em 16 de julho de 1868 com a saída do ministro Zacarias de Góis (1815 – 1877) da chefia do gabinete, os liberais deixaram de lado o ambiente parlamentar e adentraram o espaço público “com manifestos, jornais, clubes e conferências proselitistas de protesto e de reforma” (ALONSO, 2011, p. 172). Essas práticas políticas foram um diferencial que possibilitou a outros grupos fazerem o mesmo.⁸ A destituição do gabinete, juntamente com a dissolução da Assembleia Geral composta em sua maioria por membros do Partido Liberal, dando lugar a uma assembleia quase unanimemente conservadora, provocou uma mudança nas táticas de atuação do Partido Liberal que repercutiu também nas ações empreendidas pelo Movimento Abolicionista, ao passo que os liberais se apropriaram do espaço público para manifestar suas ideias e rivalidades abrindo caminho para que outros segmentos sociais também o fizessem.

Assim, durante a década de 1860, as discussões sobre “o problema da escravidão” ocuparam os espaços públicos do império brasileiro, gerando um crescimento das associações e a democratização dos protestos abolicionistas que eram limitados ao ambiente aristocrático e das instituições políticas.⁹ Para Robert Conrad, “a destituição do gabinete liberal e a nomeação de um ministério conservador pelo imperador despertaram fortes sentimentos reformistas entre estudantes, escritores, políticos liberais e uma parte da população urbana informada” (CONRAD, 1975, p. 103). Para Celia Maria M. de Azevedo (1987), os projetos abolicionistas que surgiram nesse período foram uma estratégia de conciliação entre o discurso antiescravista e os interesses da classe senhorial, o que gerou uma atuação mais propagandista do fim da escravidão do que um posicionamento firme ao seu respeito.

É com esta atmosfera política e social que a Lei Rio Branco, de nº 2.040, foi assinada em 28 de setembro de 1871. A aprovação da referida lei agravou, sobretudo para as elites políticas e econômicas, a instabilidade no cenário político

⁸ Sobre o conceito de “espaço público”, Marco Morel afirmou que embora o termo seja polissêmico, é possível caracterizá-lo em três vertentes, a saber: “A cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas” (2005, p. 18). Partindo desta conceituação, nos apropriamos de tais caracterizações para pensar o Movimento Abolicionista e sua atuação nos diferentes aspectos do espaço público, seja no Parlamento, na literatura ou nos espaços físicos como praças e teatros.

⁹ Neste período, houve a criação de 23 associações em todo o império, conforme apontou Angela Alonso, “entre 1860 até 1872 foram criadas 8 associações no Sul, 10 no Norte e 5 em São Paulo” (2011, p. 175).

nacional, acirrando ainda mais os ânimos entre conservadores e liberais provocando entre outros desdobramentos a criação do Partido Republicano em 1870. Para Robert Conrad, “a lei da reforma da escravatura de 1871 desencadeou um debate nacional quase sem precedentes” (CONRAD, 1975, p. 116). Por outro lado, a mesma crise política provocou um pequeno, porém significativo desenvolvimento, prevendo o fim da escravidão em setores do governo e da incipiente indústria nacional (ALONSO, 2011, p. 178). Os efeitos de tal processo foram sentidos de formas diferentes nas diversas áreas do Império. Nas chamadas “Províncias do Norte”, essa conjuntura foi somada à crise da agricultura açucareira, aos efeitos da seca de 1877-1879, ao aumento da mão de obra livre ou liberta, à intensificação do tráfico interprovincial¹⁰ e ao acirramento das disparidades regionais entre o Norte e o Sul (MELLO, 1999, p. 29).

Para Robert Conrad, o processo que culminou na libertação dos escravizados do Brasil em 1888 foi sentido com menor impacto pelas províncias localizadas na Região Norte do território nacional. Segundo o autor, “durante o meio século decorrente entre a abolição do tráfico legal de escravos africanos, em 1831, e o advento do abolicionismo sem compromissos, muitos dos fazendeiros do Norte já haviam feito os necessários ajustes psicológicos e práticos que lhes permitiriam aceitar a abolição da escravatura com uma paciência filosófica” (CONRAD, 1975, p. 150).

A hegemonia conservadora durou de 1868 até 1878, quando uma nova conjuntura política favorável ao Movimento Abolicionista se configura no cenário nacional com a ascensão dos liberais ao poder depois de uma década afastados da influência política. Durante o período em que estiveram apartados, os liberais forjaram um programa reformista e uma imagem de crítica aos métodos tradicionais dos conservadores. Como afirmou Alonso, “a ascensão liberal foi interpretada como ampliação de oportunidades para expressão de pleitos políticos e diminuição de

¹⁰ Na província da Paraíba do Norte, entre os anos de 1857 e 1882, houve a comercialização de cerca 222 cativos (83,40% do total) para o Rio de Janeiro. Tais indivíduos eram em sua maioria homens entre 15-39 anos. Consultar DOURADO, Larissa Bagano. Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: Tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2017.

ameaças de repressão. Campo no qual o associativismo abolicionista poderia se desenvolver e pressionar pela tramitação da abolição” (ALONSO, 2011, p. 178).¹¹

Esse crescimento não foi acompanhado somente pela elite brasileira. A onda abolicionista que invadiu o Brasil, neste momento, fez com que setores antes excluídos da sociedade se integrassem aos quadros das instituições, permitindo não apenas a participação de mulheres, mas também de pessoas livres e pobres ou mesmo de escravizados(as) e libertos(as). A diversificação dos membros das sociedades abolicionistas indica a popularização do Movimento e sua nacionalização, ao passo que ganha formato (CONRAD, 1975, p. 180).

A partir desse momento, o Abolicionismo adquiriu diversidade social sem, dessa forma, perder apoio de parte de setores das elites políticas que, desde a primeira metade do século XIX, como vimos, formavam seus quadros. Em uma sociedade tradicional, escravista e hierarquizada como era o Brasil no período, o papel das mulheres de elite e das camadas médias era quase restrito ao ambiente doméstico. Entretanto, aos poucos, as mulheres ocuparam o espaço público e, para isso, uma das formas era sua participação nas associações abolicionistas.¹²

É também neste período que surgiu o que podemos chamar de “abolicionismo negro”, com a atuação de pessoas com ascendência africana. Na conjuntura política de 1878, com a ascensão liberal, figuras como Luiz Gama, José do Patrocínio, Vicente de Souza e André Rebouças compõem esse quadro de abolicionistas negros que, de alguma forma, conseguiram romper as amarras da hierarquia sociorracial do Brasil oitocentista. Esse abolicionismo negro é institucionalizado, em 1880, com a criação da Associação Central Emancipadora que congregava pessoas de fora do sistema político.¹³

¹¹A partir desse período, as associações abolicionistas foram criadas como nunca. De 1878 até 1885, foram criadas 87 associações em todo o império, indicando que o abolicionismo se expandiu e se nacionalizou.

¹²Muitas mulheres usavam como justificativa para aderirem ao movimento o fato de o mesmo ser uma causa nobre, cristã e benemérita então um lócus ideal para as mulheres de uma sociedade religiosamente católica e que se pautavam no “modelo vitoriano de comportamento feminino”, mas isso não significa que as mulheres se conformavam com essa situação. Nas associações, elas podiam adquirir certa autonomia, pois “além da multiplicidade social, as associações exibem a inclusão política de gênero” (ALONSO, 2011, p. 186). Havia distinções entre homens e mulheres dentro das associações abolicionistas, mas sua presença já se configurava em uma mudança no espaço privado tornando-o politizado (VASCONCELOS; SOUZA, 1999).

¹³Os citados abolicionistas negros constituíram-se no núcleo do movimento em nível nacional, articulando grupos de diferentes províncias (ALONSO, 2015). Sobre a atuação individual de José do Patrocínio, Luiz Gama e André Rebouças, consultar estudos recentes, respectivamente, MACHADO, Humberto Fernandes. Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói:

Emancipacionismo, abolicionismo e abolicionistas na Parahyba do Norte

Fundada inicialmente em 1873, na cidade de Areia – agreste paraibano – por Manuel da Silva¹⁴, a Emancipadora Areiense teve um papel de destaque no Movimento Abolicionista provincial. Em seus jornais, *Verdade* (1888) e *Areiense* (1888), propagavam suas ideias abolicionistas, assim como denunciavam os castigos sofridos pelos cativos, o nome dos senhores e quantidade de escravizados que possuíam, e as libertações alcançadas por intermédio da emancipadora ou concedida por particulares.

A Emancipadora Areiense era composta não apenas de membros masculinos. Algumas mulheres compunham o conjunto de membros honorários da associação, como os nomes de Julia Christina de Gouveia e Joaquina Augustas de Gouveia Neiva, que figuram como “sociais que teem prestado especiais serviços”.¹⁵ A participação feminina é percebida mesmo em uma sociedade tradicional como a do período. Sua atuação nas associações se dá sob a égide das causas cristãs e filantrópicas bem como muitas mulheres se inserem no Movimento Abolicionista acompanhando seus pais, maridos e filhos. Para Angela Alonso, “em uma sociedade tradicional, a distinção de gênero é crucial. Mas os abolicionistas produziram uma politização da vida privada” (ALONSO, 2011, p. 187). Essa politização significou que as questões relativas à vida pública e/ou política começaram a ser discutidas na vida doméstica, visto que neste momento a vida privada e a familiar passaram a ser palco de arena de discussões de cunho político.

A referida associação organizou diversos eventos culturais e políticos como conferências, reuniões, encenações teatrais, casamento entre libertos ou mesmo missas abolicionistas.¹⁶ O espaço do Teatro Recreio Dramático em Areia/PB foi largamente utilizado pelos abolicionistas areienses, pois “apresentavam-se ali

Editora da UFF, 2014; AZEVEDO, Elciene. Orfeu de carapinha: A trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; PESSANHA, André Santos. Da abolição da escravatura à abolição da miséria: A vida e as ideias de André Rebouças. Rio de Janeiro: UNIABEU, 2005.

¹⁴O jovem farmacêutico, Manuel da Silva, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1872, atuou como principal liderança do Movimento Abolicionista em Areia. Em detrimento de um contexto local, extinguiu-se a escravidão em 03 de maio de 1888, cerca de 10 dias da assinatura da Lei Áurea, consultar ALMEIDA, Elpidio de. *Areia e a abolição da escravatura: o apostolado de Manuel da Silva*. Recife: Jornal do Comercio, 1946.

¹⁵Livro de Honra da Emancipadora Areiense, 1884. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano [AIHGP].

¹⁶ALMEIDA, Elpidio de. *Areia e a abolição da escravatura: O apostolado de Manuel da Silva*. Recife: Jornal do Comercio, 1946.

pequenas peças de conteúdo romântico ou trágico, ficando o valor arrecadado das bilheterias, revertido em favor do movimento da abolição” (PALHANO, 2009, p. 114). Por ser a forma de entretenimento mais popular no Brasil durante o século XIX (ALONSO, p. 5), o teatro foi largamente utilizado como forma de propagar as ideias abolicionistas¹⁷ para se efetivar a extinção da escravatura.

Nesse sentido, na capital da Parahyba do Norte, foi fundada a Emancipadora Paraibana, em 1883, durante a passagem de José do Patrocínio (GALLIZA, 1979). Sua diretoria era composta pelo engenheiro cearense Antonio Gonçalves Justa Araújo, pelo bacharel e deputado provincial pelas 15^a e 23^a legislaturas, Antonio Bernardino dos Santos, pelo farmacêutico Francisco de Moura e pelo major e deputado provincial, entre 1874 e 1875, Francisco José do Rosário. O *Emancipador*¹⁸ era um periódico de circulação semanal no qual a Sociedade Emancipadora Parahybana difundia suas ideias e propostas. O objetivo da associação e de seu jornal foi publicado em sua adição inaugural em 12 de abril de 1883:

A sociedade emancipadora na capital da Parahyba; e o Emancipador apresenta-se como seu órgão, para dizer ao mundo a nossa norma de conduta, e o caminho que trilhamos, sem que procuremos perturba o direito dessa propriedade *sui generis* que foi entre nós implantada pelo direito da força (O *Emancipador*, 12 de abril de 1883)¹⁹.

Ainda no periódico do dia 12 de abril de 1883, os abolicionistas paraibanos convidavam “o patriótico e humanitário povo Parahybano” para participar de um “bazar de prendas” com o objetivo de arrecadar recursos para a Emancipadora. Tal evento ocorreu no pavimento térreo do Tesouro Provincial, sendo precedido de um pequeno concerto instrumental, “executando distintos amadores a divina arte de Verdi e Carlos Gomes”. Segundo Emília Viotti da Costa (1998, p. 462), “as sociedades emancipadoras e abolicionistas que se criaram nesse período empenhavam-se, através de coletas, quermesses e leilões de prendas, em comprar a liberdade de alguns escravos”.

¹⁷ Para Celso Castilho, o teatro contribuiu na construção de uma identidade coletiva abolicionista, não apenas refletindo acerca do fim da escravidão, mas produzindo discursos sobre a abolição. Consultar CASTILHO, Celso. “Ao teatro, pelos cativos!”: Uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Robson Costa; GOMES, Flávio José. *História da escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. UFPE, 2012. p. 325-344.

¹⁸ A assinatura do jornal *O Emancipador* custava por semestre 1\$500, por mês 3\$00 e por ano 6\$00.

¹⁹ Documento disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> (Acesso em: 24 nov. 2011).

Era muito comum nas reuniões e conferências organizadas pelas diversas associações abolicionistas espalhadas pelo império haver apresentações artísticas, como pudemos ver na citação mencionada, na qual, além de ter a arrecadação de fundos para a libertação dos escravizados, haveria também “um pequeno concerto instrumental”. Para Angela Alonso, os abolicionistas recorrem às “artes como forma de atração e sensibilização do público urbano para os horrores da escravidão” (ALONSO, 2011, p. 181). Outra apresentação, desta vez teatral, ocorreu no dia 22 de abril de 1888 no Teatro Santa Cruz. A peça intitulava “Isaura, ou a vingança do escravo”,²⁰ cuja estreia contou com a presença da atriz Maria Leonarda. Foi, assim, publicada no *Jornal da Parahyba* em sua edição de 27 de abril do mesmo ano:

Muito dificilmente se apagará do nosso espírito, e cremos que de todos os que lá compareceram, a profunda impressão, que nele ficou gravada, pelas cenas dolorosas e episódios cruelmente tristes, de que está cheia essa peça de propaganda abolicionista, onde com todas as cores da mais amarga verdade vimos desenhados os transe, as agonias supremas, porque passam os escravizados (*Jornal da Parahyba*, 27 de abril de 1888).

Ainda, na capital da província, ocorreu a criação de um Núcleo Abolicionista, nos meses finais de 1884. A reunião para sua criação também ocorreu no Teatro Santa Cruz, no dia 10 de outubro daquele ano e “fizeram parte pessoas gradas da capital funcionários públicos, chefes de repartições”²¹. Para a presidência, foi designado o médico e deputado geral Manoel Carlos Gouveia; como 1º e 2º secretários, o Dr. Antonio Bernardino dos Santos e Antonio Camillo, respectivamente; orador, Antonio Joaquim de Vasconcellos; e como tesoureiro, Franklin Rabello. A finalidade do referido *club* foi descrita da seguinte forma: “que tratará de entreter relações com todas as sociedades abolicionistas do Império, e instituir no centro da província sociedades filiais com o fim único de redimir os cativos”²². Em outra reunião ocorrida no dia 18 do mesmo mês e ano na casa do

²⁰O romance de Bernardo Guimarães, *A escrava Isaura*, foi publicado, na Paraíba, em forma fragmentada pelo jornal *O Liberal Parahybano* ao longo dos anos de 1883 e 1884. De acordo com Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (p. 23), esse tipo de publicação, denominada de “romance-folhetim”, esteve presente nos jornais da província desde 1856. Acreditamos que a publicação de uma obra com essa temática não tenha sido aleatória e serviu para criticar a escravidão também por meio da literatura.

²¹*Diário da Parahyba*, 12 de outubro de 1884.

²²Idem.

presidente do Club Abolicionista, foram escolhidos Rodolpiano Padilha, para o cargo de vice-presidente e Cícero Moura como advogado do *Club*.²³

Em Mamanguape – região localizada no litoral norte da capital – foi fundada em 5 de maio de 1885, por João Pereira de Castro Pinto, a Emancipadora “25 de março”, como homenagem à abolição da escravidão na província do Ceará, ocorrida em 25 de março de 1884. O jornal *Diário da Parahyba* de 03 de maio de 1885, ao noticiar a sua criação, destacou o atraso para a sua fundação: “Realmente era digno de censura que esta cidade, uma das mais importantes da província e ao mesmo tempo uma das mais populosas em escravos, ainda não houvesse despertado do indiferentismo em que jazia acerca da extinção do elemento servil pela iniciativa particular”.²⁴

Para a cerimônia de inauguração, realizada no Teatro Santa Cecília, foi organizada uma grande festa com cerca de 400 pessoas da “melhor sociedade e todos os camarotes estiveram repletos de senhoras”.

O teatro, belamente adornado, oferecido no palco o aspecto de um salão nobre, onde havia uma profusão de luzes e flores e onde estavam dispostos com grande simetria lugares para a diretoria da sociedade, as primeiras autoridades da comarca e as pessoas gradas que comparecessem.²⁵

Seguindo a liturgia abolicionista para tais cerimônias, foram concedidas sem ônus algum, com exceção da senhora viúva de Francisco Toscano de Brito, que deu liberdade a uma escravizada que lhe pertencia, aceitando uma pequena indenização que lhe foi oferecida pelos abolicionistas de Mamanguape. No total, foram libertadas 9 pessoas escravizadas.²⁶

Castro Pinto, então aluno do quarto ano da Faculdade de Direito de Recife, após as formalidades que o cerimonial exigia, “iniciou o sistema de *meetings* na praça pública, nos quais a sua palavra calorosa, correta e fácil ia discutindo com vantagem os assumptos relativos à escravidão”.²⁷ De igual modo, o Teatro Santa

²³*Diário da Parahyba*, 21 de outubro de 1884. Hemeroteca Nacional. Acesso em: 17 nov. 2017.

²⁴*Diário da Parahyba*, 03 de maio de 1885. Hemeroteca Nacional. Acesso em: 17 nov. 2017.

²⁵*Diário da Parahyba*, 03 de maio de 1885. Hemeroteca Nacional. Acesso em: 17 nov. 2017.

²⁶Fizeram-se presentes os “homens da lei” daquela localidade, demonstrando que os membros da associação detinham várias ligações políticas com a liderança local. Entre os presentes, estava o juiz de direito da comarca, Antonio da Cunha Xavier de Andrade, que em seu discurso lembrou “o respeito às leis e à conveniência de se conciliarem as ideias de progresso com os princípios de ordem”, demonstrando assim sua concepção e alinhado aos princípios da ordem. Idem.

²⁷Idem.

Cecília, fundado na década de 1850, foi “palco para divulgação e discussão das ideias de libertação trazidas em peças teatrais por companhias vindas do país e da Europa”, como o sarau no qual a atriz Eugênia Câmara declamou os versos do poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves (PALHANO, 2009, p. 93).

O processo histórico no qual findou a escravidão do Brasil foi, sem dúvida, vibrante, com vários atores, ações, visões de mundo e projetos políticos. O Abolicionismo, como o primeiro movimento social brasileiro, dadas a sua amplitude, adesão e organicidade, também teve atuação na Parahyba do Norte, com formação de diferentes associações e *club*. A primeira delas, a Sociedade S. João Evangelista, criada em 1864, possuía um perfil emancipacionista baseado em um discurso assistencialista e religioso. As associações surgidas na década de 1880, por sua vez, possuíam um perfil abolicionista. Para melhor compreensão, organizamos o Quadro 1, com indicações das organizações emancipacionistas, abolicionistas na Paraíba, fundadas entre as décadas de 1860 e 1880.

Quadro 1: Sociedades abolicionistas fundadas na Paraíba do Norte, 1864-1888.

Nome	Ano	Local	Perfil
Sociedade São João Evangelista	1864	Capital	Misto
Emancipadora Areiense	1873	Areia	Misto
Sociedade União e Solidariedade	1873	Capital	NC
Emancipadora Parahybana	1883	Capital	Misto
Club Abolicionista	1884	Capital	Masculina
Emancipadora 25 de Março	1885	Mamanguape	Masculina
Club Abolicionista	1888	Campina Grande	NC

Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Arqueológico Paraibano, *O Emancipador*, 1883; Hemeroteca digital [arquivo on-line], *O Publicador*, 1864; *Diário da Parahyba*, 1884-1885; *Arauto Parahybano*, 1888; *A província de São Paulo*, 1888. Hemeroteca Nacional. Acesso em: 20 nov. 2017.

A ação de liberdade e a liberdade da ação

Esse mesmo cenário provincial foi palco de inúmeras trajetórias de vida de homens e mulheres que resistiram à escravidão por meio da justiça imperial. Os casos de escravizados que recorreram à resistência por dentro do próprio sistema escravista, que exporemos a seguir, foram analisados por Lima (2008) e Silva

(2010),²⁸ e dizem respeito às localidades de Campina Grande e Areia, respectivamente. Como a história de Maria, uma escravizada de Campina Grande, que, em 1872, não obtendo sucesso em negociar informalmente com seu senhor sua liberdade, recorreu a Jovino Limeira Dinoá para que este a representasse judicialmente em sua querela contra seu escravizador. Endossando sua defesa, Maria apresentou um pecúlio de 283\$000, resultante de doações. Mas o valor não foi suficiente para pagar a quantia de 433\$000 pedida de indenização pelo seu escravizador. O desfecho da história de Maria se deu quando, através de suas redes de solidariedade, ela conseguiu completar o valor exigido pelo seu proprietário e, assim, gozar de sua liberdade.

No início da década de 1870, um africano chamado Luiz impetra uma ação de liberdade contra seu escravizador por intermédio do advogado Antônio Lelis de Souza Pontes. Sua justificativa para iniciar o processo era que o mesmo havia sido trazido para o Brasil (Campina Grande), após a legislação que proibiu o tráfico de africanos em 1831. Após 3 anos de lutas judiciais, entre testemunhas e comprovações de sua origem africana, a decisão judicial favoreceu seu escravizador obrigando Luiz a retornar ao cativeiro, certamente com suas esperanças de liberdade diminuídas, mas nunca findadas. A trajetória do preto Luiz, um africano trazido após a proibição do tráfico em 1831, e a continuação de seu cativeiro, mesmo após um longo litígio, são reflexos da Cultura Política Escravista, que era capaz de perpassar as decisões judiciais e influenciar a visão de juízes, promotores e advogados.

Como também as histórias de Josefa e Luiza, ambas mulheres escravizadas em Campina Grande, e por não terem sido matriculadas por seus respectivos escravizadores, conforme exigia a lei, acionaram a justiça e alcançaram suas liberdades nos anos de 1873. Ou ainda as trajetórias de Florzino e Mariano, que recorreram às lacunas na legislação para litigar pela liberdade entre os anos

²⁸ LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da "Rainha da Borborema": Uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX*. 2008. 356 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/314/browse?value=Mendon%C3%A7a+de+Lima%2C+Luciano&type=author/> Acesso em: 16 nov. 2015; SILVA, Eleonora Félix da. *Escravidão e resistência escrava na Cidade d'Aréa*. 2010, 192 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=203174 Acesso em: 14 fev, 2016.

de 1887 e 1888. Por terem sido dados como bens de herança, os conflitos familiares resultantes desse contexto abriram as condições propícias para a obtenção da liberdade por meio de litígio, em Lima (2008) e Silva (2010).

Trajetória de luta jurídica semelhante foi vivenciada por Luis e Ana, um casal de escravizados com mais de 70 anos, moradores do Engenho Sapucaia na cidade de Areia. O casal alegava que estava em idade avançada e apresentara como pecúlio duas vacas paridas e 23 tijolos de moagem de rapadura, após terem cumprido os trâmites legais, foi concedida liberdade ao casal em 1881. Pedro e Bibiana representam outro casal de escravizados que recorreu. No início da década de 1880, um casal de cativos, moradores de Areia, impetrara uma ação de liberdade em favor de si mesmos, a qual era contrária à sua proprietária. Após um longo e conturbado processo judicial, no qual a escravizadora utilizou de todo o seu arsenal de estratégias, com argumentos, relações familiares e políticas para não perder a posse dos ditos cativos, a ação findou-se de forma positiva para Pedro e Bibiana. Tais resistências e experiências individuais ou em dupla já foram analisadas pelos trabalhos dos autores citados anteriormente.²⁹

Por meio de ação de liberdade depositada no Arquivo Nacional, tomamos conhecimento da trajetória de Joanna, uma escravizada moradora do município de São João do Cariri, no Sertão da província. O documento data de meados da década de 1870, ou seja, pouco tempo depois de vigorada a legislação. O mesmo encontra-se danificado, o que dificultou a leitura paleográfica e a análise histórica, mas os rastros que conseguimos trilhar narramos a seguir: Joaquina, como era conhecida entre as pessoas com as quais convivia, supostamente era de propriedade de Manoel José de Grandeza, senhor de escravizados daquela região. O argumento utilizado pela cativa, com a intenção de legitimar a abertura da ação de liberdade, era o de que a mesma havia sido trazida depois da lei de 30 de novembro de 1831, que proibiu legalmente o tráfico de africanos, e por isso deveria ser considerada livre, assim como seus descendentes. Esse argumento foi amplamente utilizado pelos cativos para requererem judicialmente sua libertação. Nos autos do processo consta que, ao chegar ao Brasil, Joanna teria sido vendida, em 1842, ao português Antônio José de Brito, morador do sítio d'Alagoa na capital

²⁹ Para mais informações acerca das ações de liberdade em Campina Grande e Areia, ver Lima (2008) e Silva (2010).

da província da Parahyba do Norte. Este primeiro proprietário casou uma de suas filhas com o seu suposto senhor e réu da ação de liberdade e teria dado Joanna como dote no casamento.³⁰

Joanna teve seis filhos, três meninos e três meninas, cujos nomes eram: Luis, Márcio, Antônio, Guilhermina, Luiza e Romana. Não obtivemos informações sobre o companheiro de Joanna e pai de seus filhos. Ao tomar conhecimento da intenção da sua escravizada em requerer por meio de litígio sua liberdade, Manoel José de Grandeza tratou logo de vender quatro de seus filhos na província de Pernambuco. O fato de o senhor ter tido ciência da intenção de requerer a libertação, por parte da sua cativa, evidencia que houve negociações antes do processo ser aberto. Tal ato evidencia também que, possivelmente, o seu proprietário soubesse da condição de liberta da referida escravizada e de seu cativo ilegal; dessa forma, a venda dos ingênuos seria uma maneira de ele não ser penalizado financeiramente, caso Joanna obtivesse a liberdade judicialmente.

Após a venda das crianças, restavam apenas mais duas filhas. A de nome Luiza, foi cedida a João Jote, residente em Alagoa Nova, e, segundo o documento, “sofrendo os horrores da escravidão”. Romana, por sua vez, estava em poder do chefe do Partido Liberal na província, Dr. Felizardo Toscano de Brito (1814-1876). Após ter vendido os filhos de Joanna, seu suposto escravizador teria lhe concedido carta de liberdade, mas “como escrava prosseguiu a suplicante”. Após tomar conhecimento que seus filhos foram vendidos, Joanna foi à procura dos mesmos em Recife, capital da província, para a qual foram comercializados, tendo sido presa, possivelmente, por não ter em mãos a carta de alforria. A coragem dessa cativa de ir em busca de seus filhos demonstrou os laços familiares e afetivos construídos no cativo.

Nos autos do processo, a intenção de Joanna, com a ação de liberdade, ficou evidenciada, quando requereu que:

Mande tomar com conhecimento de todo ocorrido, e verificando-se ser ela nascida de ventre livre, possa seus filhos e toda sua produção gozar também da liberdade tão apreciada em todas as classes de nossa sociedade, assim como seja aquele seu suposto senhor abrigado a restituir-lhe o que recebeu por conta de sua liberdade.³¹

³⁰ Arquivo Nacional, Ação de liberdade da escrava Joanna, 1874, nº 564, caixa 1618 galeria A.

³¹ Arquivo Nacional, Ação de liberdade da escrava Joanna, 1874, nº 564, caixa 1618 galeria A

Para a litigante, era importante a obtenção da liberdade de si mesma e de seus filhos para que assim pudessem viver em família, mas também a restituição dos valores que seu escravizador recebeu com a venda de seus filhos. Isso demonstra o conhecimento de sua situação de liberdade e seus direitos como mãe. Não sabemos do desfecho da história de Joanna. Temos ciência apenas que seu processo não foi solucionado favoravelmente na instância provincial, tampouco no tribunal da relação, o que fez com que chegasse às barras do Supremo Tribunal de Justiça na corte, uma situação que aconteceu poucas vezes nos casos de ação de liberdade.³²

As histórias, experiências e resistências de Maria, Luiz, Josefa, Luiza, Florzino, Mariano, Joanna e seus filhos são formas de percebermos a atuação dos homens e mulheres que, em meio às atrocidades do cativo, souberam atuar em busca de suas liberdades, demonstrando assim sua recusa à situação de escravizados e seu protagonismo no processo que findou a escravidão no Brasil. Muitas outras históricas semelhantes a essas estouraram por todo o Império durante as últimas décadas do século XIX, fazendo com que escravizados reavivassem suas esperanças e alcançassem suas liberdades.

Legados da escravidão. 1888-2018, 130 anos depois: mudanças e permanências

O processo histórico no qual findou a escravidão do Brasil foi, sem dúvida, vibrante, com vários atores/sujeitos, ações, visões de mundo e projetos políticos. A província da Parahyba do Norte, segundo os jornais abolicionistas da época, foi tomada por “expansivas festas em homenagem à deusa da liberdade”,³³ com “grandes passeatas populares”, comícios, discursos inflamados e “frenéticos vivas”.³⁴ No dia 20 de maio de 1888, os militares da província organizaram uma imponente *marche aux flambeaux*,³⁵ que saiu às 7 horas de frente do quartel e foi

³² GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

³³Idem.

³⁴Idem.

³⁵Expressão francesa que significa “marcha noturna com archotes acesos”. Foi um tipo de protesto utilizado pelos abolicionistas durante os anos finais da escravidão, mas, pela notícia, não era um protesto e sim uma comemoração. Ver Alonso (2015).

organizada da seguinte forma: “cada cadete levava uma lanterna e um arco de flores sobre o ombro esquerdo, e uma elegante charola em forma de pirâmide era carregada por um pelotão de 4 soldados”.³⁶ Assim, a abolição foi comemorada com elegância e pomposidade pela sociedade provincial.

Seguindo o movimento abolicionista que inundou o império brasileiro nos anos finais do século XIX, a província da Paraíba do Norte não se mostrou “surda e imóvel ante o espírito abolicionista”,³⁷ como bradava na imprensa provincial. Com diferentes intensidades, organizaram-se clubes e associações, como a Emancipadora Areense (1873), Emancipadora Parahybana (1883), Núcleo Abolicionista (1884), Emancipadora “25 de Março” (1885) e o Club Abolicionista (1888), que, dentro de suas concepções e projetos para o fim da escravidão, atuaram na província, demonstrando não apenas a existência deste, mas sua relevância no desenrolar dos acontecimentos que culminaram no dia 13 de maio de 1888.

Talvez seja lugar-comum dizer que a abolição da escravidão veio, mas sem as condições necessárias para que as pessoas recém-libertas ou mesmo as que já gozavam da liberdade pudessem ter as condições para a sua subsistência, fazendo com que os mecanismos de exclusão e segregação continuassem. A população negra viu-se sem alternativas, sem possibilidades, muito embora o “13 de maio” tenha sido um momento de reavivar as esperanças das pessoas negras que presenciaram aqueles eventos. Como afirmou Sidney Chalhoub: “o processo histórico que resultou no 13 de maio foi significativo para uma massa enorme de negros(as) que procurou cavar seu caminho em direção à liberdade explorando as vias mais ou menos institucionalizadas na escravidão dos brasis no século XIX” (CHALHOUB, 1990, p. 252).

O Movimento Abolicionista da província da Paraíba atuou de forma tímida se comparado com a vitalidade de outros lugares, como em São Paulo ou no Rio de Janeiro, muitas vezes, agindo ou se posicionando de forma conservadora e gradualista em relação ao fim da escravidão, ou mesmo reiterando o ideário escravista. A insistência em manter a escravidão da sociedade paraibana foi assunto recorrente na imprensa abolicionista da província, mas, mesmo assim, não

³⁶*Arauto Parahybano*, 27 de maio de 1888, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba/AIHGP.

³⁷*O Emancipador*, 19 de abril de 1883/ AIHGP.

deixou de criticar o sistema escravista, colaborando para minar a escravidão, dando sua contribuição para seu término e libertando alguns/algumas mulheres e homens escravizados.

Por outro lado, as múltiplas experiências das pessoas escravizadas também mantiveram uma Cultura de Resistência dos(as) cativos(as), possibilitando a ação em busca de suas liberdades, a exemplo de: Joanna, em São João do Cariri; Claudino, na capital da província; Salustia, em Mamanguape; e tantas outras pessoas cativas que, mesmo estando sob o jugo da escravidão, buscaram suas liberdades nas brechas do sistema escravista. O protagonismo de tais sujeitos históricos nos possibilita perceber que não é a assinatura de uma legislação, como a Lei Áurea, que põe fim à escravidão, mas a astúcia dos (as) escravizados (as) que, em sua busca por liberdade, romperam com as amarras senhoriais e demonstraram que era possível resistir.

Assim, a luta pela liberdade foi uma constante entre as pessoas escravizadas, mesmo tendo uma liberdade fragilizada, dadas as barreiras sociais para o exercício de uma cidadania por parte das pessoas negras livres e libertas. Uma vez liberta, a população negra tinha que enfrentar as marcas de uma sociedade excludente e segregadora. Neste sentido, poder dar visibilidade a tais pessoas foi uma das nossas preocupações, haja vista que a história desse segmento social foi durante anos silenciadas. Sendo, assim, ao percebê-los como sujeitos históricos conscientes de sua condição e contextos e proativos em suas ações, estamos contribuindo para a reparação das marcas lacunares de esquecimento deixadas.

Fontes

Arquivo Nacional (NA)

AÇÃO DE LIBERDADE da escrava Joanna, 1874, nº 564, Caixa 1618 galeria A.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

Livro de Honra da Emancipadora Areiense de 1884.

Jornal *O Arauto Parahybano*, 1888

Jornal *O Emancipador*, 1883.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional [Arquivo on-line]

Diário da Parahyba, 1884 – 1885. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

O *Liberal Parahybano*, 1883 - 1884. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

Gazeta de Notícias, 1884 - 1885. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

O *Cearense*, Terça-feira 26 de Janeiro de 1864. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 17 de Jan. de 2015.

Jornal da Parahyba, 1888. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 17 de Jan. de 2015.

Bibliografia

ALMEIDA, Elpídio de. **Areia e a abolição da escravatura**: O apostolado de Manuel da Silva. Recife: Jornal do Comercio, 1946.

ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre*: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologia**, vol. 13, nº 28, Setembro-Dezembro, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300007 Acesso em: 15 de Jan. 2013.

_____. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das letras, 2015.

_____. O Movimento Abolicionista como movimento social. **Novos Estudos – Cebrap 100**, novembro de 2014, pp. 115-137. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115 Acesso em: 15 de Jan. 2015.

AZEREDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 13-97.

CASTILHO, Celso. “Ao teatro, pelos cativos!”: Uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Robson Costa; GOMES, Flávio José. **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Ed. UFPE, 2012. p. 325-344.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A força da escravidão**: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. Escravidão e ideologias. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 3 ed., 1998. p. 357-400.

_____. **A abolição**. São Paulo: Global Ed. 1982.

_____. Da escravidão ao trabalho livre. In: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7ª. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 343-364.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte**: Tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888). 2017. 147 p. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2017.

MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império do Brasil**: 1871-1889. Topbooks: 1999.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: Uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. 2008. 356 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/314/browse?value=Mendon%C3%A7a+de+Lima%2C+Luciano&type=author/> Acesso em: 16 de novembro de 2015.

_____. Uma porta estreita para a liberdade: As ações cívicas e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. In: Ó, Alarcon Agra do, *et al.* **A Paraíba no Império e na República**: Estudos de História Social e Cultural. João Pessoa: Idéia, 2003, p. 25-37.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). 2008. 378 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010.

PALHANO, Romualdo Rodrigues. **Entre terra e mar**: Sociogênese e caminhos do teatro na Paraíba (1822-1905). João Pessoa: Sal da terra, 2009.

ROCHA, Solange P. Mulheres escravizadas na Paraíba oitocentista: trabalho, contradições e lutas por liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B., GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 84-97.

_____. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: População, Família e Parentesco espiritual. 2007. 424 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

_____. **Na trilha do feminino**: Condições de vida das mulheres escravizadas na província da Paraíba, 1828-1888. Dissertação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2001.

SILVA, Eleonora Félix da. **Escravidão e resistência escrava na “cidade d’Arêa” oitocentista**. 2010. 192 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=203174 Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888)**. 2016. 172 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2016.

VASCONCELOS, Iris Helena Guedes de; SOUSA, Silvana Vieira de. Ventre livre e razão emancipadora: Mulher e abolição na Parahyba do Norte. In: FERREIRA, Luzilá Gonçalves *et al.*(Orgs.). **Suaves amazonas: Mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Universitária, UFPE, 1999, p. 141-170.

Lucian Souza da Silva

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista – UFPB.

Solange Pereira da Rocha

Docente do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação e integra o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas, todos na Universidade Federal da Paraíba.
